



UNIFORMIZAÇÃO E IDENTIDADE NO ESPAÇO ESCOLAR EM GOIÁS: UMA ANÁLISE SOBRE NEUTRALIZAÇÃO DA REPRESENTATIVIDADE

Israel Silmar Pereira da Silva ¹
Kesya Patriny Marques de Oliveira ²
Rubens de Freitas Benevides ³

RESUMO

Este artigo, desenvolvido no âmbito do subprojeto PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) no curso de Ciências Sociais - Licenciatura da Universidade Federal de Goiás, tem como objetivo analisar criticamente o uso do uniforme escolar como ferramenta de neutralização de corpos, comportamentos e identidades no espaço escolar. A investigação parte da compreensão de que a escola, enquanto instituição social, contribui não apenas para a mediação de conhecimentos, mas também para a conformação de subjetividades e práticas sociais. A pesquisa foi realizada a partir de observações de campo e relatos etnográficos em duas escolas parceiras do subprojeto: uma situada próxima às margens da BR-153, no município de Aparecida de Goiânia, e outra localizada em uma região central da cidade de Goiânia. Também foi realizada análise documental dos regimentos escolares, buscando compreender as normativas que regulamentam o uso dos uniformes. As observações feitas revelam que, embora o uniforme seja defendido por parte da gestão escolar como uma estratégia que favorece a segurança, a disciplina e a neutralidade entre os(as) estudantes, muitos jovens o percebem como uma imposição que restringe suas expressões individuais e silencia suas representações culturais, sociais e de gênero. Em alguns casos, os próprios regimentos escolares ou resoluções das secretarias de educação formalizam tal obrigatoriedade, o que evidencia o uso da lei como instrumento de regulamentação e controle simbólico. Essa percepção evidencia que práticas institucionais aparentemente neutras produzem efeitos concretos sobre a construção da identidade dos sujeitos, influenciando na forma como os(as) estudantes se reconhecem e se sentem representados no espaço escolar. Por fim, o estudo identifica formas de resistência simbólica criadas pelos próprios estudantes, que ressignificam o uniforme e afirmam sua diversidade. Refletir sobre a uniformização no contexto da escola pública requer considerar os marcadores sociais da diferença e promover uma educação crítica, democrática e inclusiva.

Palavras-chave:uniforme escolar, identidade, neutralização, representação, espaço escolar

¹Graduando do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás - UFG,
israel.silva@discente.ufg.br;

²Graduando do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás - UFG,
kesya.patriny@discente.ufg.br;

³Doutor, Professor em Sociologia da Universidade Federal de Goiás - UFG, rufrebe@ufg.br;



INTRODUÇÃO

O uniforme escolar constitui uma vestimenta que nomeia a pertença a um grupo social e cultural, funcionando como marcador identitário no espaço escolar. Ao mesmo tempo, a uniformização opera como instrumento institucional de normalização e controle dos corpos, reduzindo a pluralidade de expressões presentes no ambiente escolar. Em contextos recentes, como a política de padronização do novo uniforme adotada no Estado de Goiás em 2023, a justificativa oficial para a medida tem sido, em parte, a segurança:

“Nós temos informações da Polícia Militar que deixam claro o fato de que um aluno uniformizado dificilmente é abordado pela criminalidade... Um estudante de uniforme chama a atenção das pessoas e, qualquer situação estranha, elas acionam a polícia”, destacou a secretária (Gavioli, 2022).

Essa justificativa naturaliza o efeito do uniforme como fator de proteção e, simultaneamente, obscurece seu papel como mecanismo simbólico de classificação e visibilidade. À luz de uma leitura foucaultiana, a uniformização pode ser entendida como um dispositivo disciplinar que contribui para vigiar e regular os corpos em sala de aula; à luz de Bourdieu, insere-se no conjunto de práticas de reprodução e de violência simbólica que dissimulam desigualdades mediante aparente igualdade (Foucault, 1975/1987; Bourdieu, 1982). A construção da identidade no ambiente escolar é atravessada por múltiplos dispositivos institucionais que regulam comportamentos e formas de expressão, como também assinala a obra de Tomaz Tadeu da Silva (1999/2000).

O objetivo desta pesquisa é analisar criticamente o uso do uniforme escolar como ferramenta de neutralização de corpos, comportamentos e identidades no espaço escolar, tomando como referência a política de padronização implementada em Goiás em 2023. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, que combina relato etnográfico, observação de campo e análise documental. As técnicas empregadas incluíram registros de campo sistemáticos, análise de documentos institucionais (editais, notas oficiais, reportagens) e triangulação teórico-analítica com autores clássicos da área (Bourdieu, Foucault, Tomaz Tadeu da Silva).





X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

A partir da análise, discute-se que a padronização do uniforme age como prática de neutralização simbólica: aparenta suprimir desigualdades e diferenças, mas, na prática, pode reproduzi-las ao não considerar as vivências, as representações culturais e as práticas de gênero dos estudantes. Paralelamente, emergem estratégias de resistência e ressignificação por parte dos/as estudantes por exemplo, uso de acessórios (brincos, colares, anéis), alterações de penteados (tranças ou estilos pessoais) e adaptações discretas do uniforme.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi por meio de uma pesquisa qualitativa, tendo como técnicas: relato etnográfico, observação de campo e análise documental.

REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo do uniforme escolar no contexto educacional exige a articulação de diferentes perspectivas teóricas, que permitem compreender tanto a função normativa da padronização quanto as formas de resistência e ressignificação que emergem no cotidiano escolar.

A escola como espaço de reprodução social

Segundo Bourdieu (1982), a escola não é um espaço neutro; ao contrário, constitui-se como um mecanismo de reprodução das desigualdades sociais e culturais, legitimando hierarquias através de normas, valores e do capital cultural que privilegia determinados grupos. A imposição do uniforme pode ser interpretada como um instrumento simbólico que aparenta promover igualdade, mas que, na prática, mantém distinções e reproduz diferenças de classe, gênero e cultura dentro do ambiente escolar.





Disciplina e vigilância dos corpos

A perspectiva foucaultiana complementa essa análise, evidenciando que o espaço escolar funciona como um dispositivo de vigilância e disciplinamento. Conforme Foucault (1975/1987), práticas institucionais, como o uso obrigatório de uniformes, operam para normatizar os corpos, tornando-os visíveis e reguláveis, enquanto reforçam padrões de comportamento e aparência. Nesse sentido, a justificativa oficial para a uniformização associada à segurança e à prevenção de violência exemplifica a função normativa e reguladora do uniforme como ferramenta de controle simbólico.

Construção da identidade e resistências

Para Tomaz Tadeu da Silva (1999/2000), a formação da identidade no ambiente escolar é atravessada por múltiplos dispositivos institucionais, que regulam comportamentos e formas de expressão. Apesar da rigidez das normas, os estudantes encontram espaços de ressignificação, apropriando-se do uniforme para afirmar subjetividades. O uso de acessórios, alterações discretas no vestuário ou no penteado e adaptações de estilo configuram estratégias de resistência que desafiam a neutralidade aparente das normas institucionais.

Perspectiva histórica e cultural sobre o uniforme escolar

Estudos históricos, como o de Marcon (2010), mostram que os uniformes escolares refletem valores, estéticas e normas sociais próprias de cada período. Instituições como a Igreja e o Exército influenciaram fortemente o desenho, a padronização e as regras de uso do uniforme, disciplinando corpos e comportamentos. Por sua vez, Costa & Pires (2007) evidenciam que, no contexto contemporâneo, a moda e a indumentária dos jovens atuam como meios de comunicação e construção de identidade, sendo que o uniforme escolar se apresenta como campo de tensão entre normas institucionais e práticas culturais juvenis.





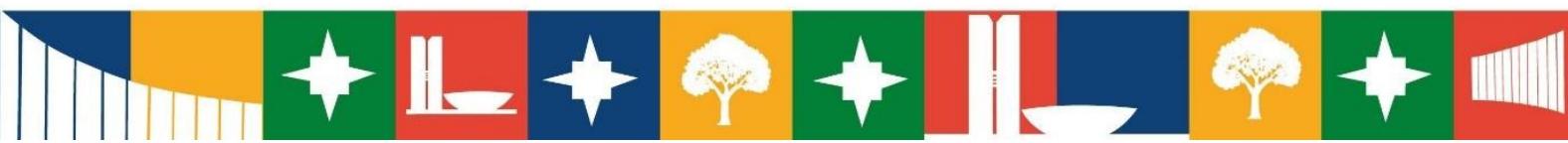
A partir dessas perspectivas, é possível compreender que a padronização do uniforme escolar exerce uma função dupla: ao mesmo tempo que busca homogeneizar os corpos e neutralizar diferenças, também se constitui como espaço de disputa simbólica, no qual estudantes podem afirmar identidades, resistir e ressignificar práticas institucionais. Esse quadro teórico sustenta a análise crítica do impacto da uniformização obrigatória em Goiás, permitindo articular questões de desigualdade, disciplina e subjetividade com experiências concretas dos estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do uso do uniforme escolar em Goiás, após a padronização obrigatória implementada em 2023, revela que a medida cumpre tanto a função declarada de igualdade e segurança quanto exerce um papel simbólico de controle e disciplinamento dos corpos no espaço escolar.

Os relatos observados indicam que, embora o uniforme seja padronizado, os/as estudantes vivenciam desconforto físico e restrições práticas no dia a dia. Diversos/as estudantes destacaram que o sapato padrão é desconfortável e que, em dias mais quentes, a combinação de camiseta, calça/bermuda e casaco torna-se difícil de suportar, especialmente considerando que muitas salas não possuem ventilação adequada ou ar-condicionado. Esses relatos evidenciam que a imposição da uniformização nem sempre considera as condições concretas de uso e os limites corporais dos estudantes, reforçando uma dimensão disciplinar do uniforme.

Além do aspecto físico, os uniformes atuam como dispositivos simbólicos, alinhados ao pensamento foucaultiano de vigilância e regulação dos corpos. A justificativa oficial de que estudantes uniformizados “difícilmente são abordados pela criminalidade” (Gavioli, 2022) evidencia a naturalização de uma função normativa que visa a visibilidade e o controle dos indivíduos.



Ainda assim, observou-se que os/as estudantes encontram maneiras de ressignificar a vestimenta e expressar suas identidades mesmo dentro das normas rígidas. A utilização de acessórios como brincos, colares e anéis, variações no uso de casacos ou tênis, e mudanças discretas no penteado (como tranças ou alterações de estilo) revelam que a uniformização não consegue eliminar por completo as estratégias de afirmação individual e coletiva. Essa dinâmica corrobora a perspectiva de Bourdieu (1982), segundo a qual a escola, ainda que aparentemente neutra, reproduz desigualdades sociais e culturais, e ao mesmo tempo gera espaços de resistência simbólica.



Figura 1 – Estudantes de costas uniformizados em sala de aula, evidenciando a padronização obrigatória do uniforme.



O conjunto desses resultados indica que o uniforme atua simultaneamente como instrumento de homogeneização e campo de disputa simbólica. Embora busque criar a aparência de paridade e disciplina, ele também evidencia limitações práticas, desigualdades materiais e possibilita estratégias sutis de resistência por parte dos/as estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu compreender que a padronização do uniforme escolar, além de ser justificada como medida de igualdade e segurança, funciona como dispositivo de neutralização simbólica, disciplinando corpos, comportamentos e expressões identitárias. Entretanto, os relatos sobre desconforto físico e as estratégias de ressignificação demonstram que os/as estudantes não aceitam passivamente essas imposições, encontrando formas de afirmar suas identidades dentro do espaço escolar.

Portanto, embora a política de uniformização busque homogeneizar a experiência escolar, ela também evidencia a persistência de diferenças e a capacidade de resistência simbólica dos sujeitos. Essa análise reforça a importância de políticas escolares que considerem não apenas a padronização formal, mas também a experiência concreta dos estudantes, promovendo práticas de equidade real e respeito às diversidades sociais, culturais e de gênero.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa Institucional De Bolsas De Iniciação A Docência - PIBID por nos proporcionar esse aprendizado e aproximação do ambiente escolar que é de fundamental importância para nossa formação enquanto docentes. Aos/as estudantes que contribuíram, por meio de relatos espontâneos, para a compreensão do impacto do uniforme no cotidiano escolar, bem como às instituições que permitiram a realização das observações.





REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

COSTA, M. A.; PIRES, R. Moda/indumentária em culturas juvenis: símbolos de comunicação e formação de identidades corporais provisórias em jovens do ensino médio. *Conexões*, Campinas, SP, v. 5, n. 1, p. 51–66, 2007. DOI: 10.20396/conex.v5i1.8637979. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8637979>. Acesso em: 16 set. 2025.

Novo ano letivo começa com obrigatoriedade do uso do uniforme na rede estadual de ensino – SEDUC. (n.d.). Gov.br. Retrieved September 16, 2025, from https://goias.gov.br/educacao/novo-ano-letivo-comeca-com-obrigatoriedade-do-uso-do-uniforme-na-rede-estadual-de-ensino/?utm_source

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARCON, M. D. Aspectos históricos do uso dos uniformes escolares: reflexões no campo da educação e da moda (1940-2000 Caxias do Sul). UCS, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/11338/512>. Acesso em: 16 set. 2025.

SILVA, Tomaz Tadeu (org.). Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.